

ARTIGO

HISTÓRIA NEGRA E O BATISMO DE ADULTOS ESCRAVIZADOS EM TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

KAREN DANIELA PIRES

Professora da Rede Estadual de Ensino da Educação Básica do Estado do Rio Grande do Sul. Doutora em Ciências (Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari/RS).

E-mail: k.pires@universo.univates.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0998-2330>

YAGO BERNARDO BECKER

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari/RS.

E-mail: yago.becker@universo.univates.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8532-0094>

NELI TERESINHA GALARCE MACHADO

Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do PPGEnsino da Universidade do Vale do Taquari/RS. Doutora em Arqueologia Brasileira (USP/SP).

E-mail: ngalarce@univates.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>

RESUMO: A mão de obra escravizada africana e crioula foi usada de forma significativa no sul do Brasil desde o século XVIII. Neste artigo o objetivo é apresentar as relações de parentesco ritual e fictício entre os escravizados adultos com seus respectivos padrinhos e madrinhas por meio da documentação histórica de registros de batismo da Paróquia de São José de Taquari, datados dos anos de 1805 a 1850. A abordagem teórica e conceitual da pesquisa se dá por meio do método onomástico e da micro-história. A partir da análise dos documentos uma lacuna historiográfica do sul do Brasil sobre o uso da mão de obra de pessoas escravizadas pode ser referida. Os elementos históricos investigados revelam estabelecimentos de relações de compadrio, de estratégias de proteção social e por outro lado, de mecanismo de controle senhorial.

PALAVRAS-CHAVE: Taquari. Batismo. Escravidão. Rio Grande do Sul.

BLACK HISTORY AND BAPTISM OF ENSLAVED ADULTS IN TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: African and Creole slave labor has been used significantly in southern Brazil since the 18th century. In this article, the objective is to present the ritual and fictitious kinship relations between the enslaved adults with their respective godfathers and godmothers through the historical documentation of baptism records of the Paróquia de São José de Taquari, dating from the years 1805 to 1850. The approach theoretical and conceptual research takes place through the onomastic method and micro-history. From the analysis of the documents, a historiographical gap in southern Brazil about the use of labor by enslaved people can be mentioned. The historical elements investigated reveal establishments of crony relationships, social protection strategies and, on the other hand, a manorial control mechanism.

KEYWORDS: Taquari. Baptism. Slavery. Rio Grande do Sul.

Recebido em: 27/04/2022

Aprovado em: 25/01/2023

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2023v76p264-292>



Introdução

O Brasil tem uma história marcada pela escravidão do povo negro nas mais diversas regiões do país. O território de Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, foi um espaço fundado pelos interesses portugueses e é neste contexto de dominação de terras que houve a inserção da mão de obra escravizada, que com o passar do tempo se intensificou e perdurou até o ano da abolição, 1888. Incluso ao tema escravismo nos detivemos nas relações sociais e familiares praticadas no cotidiano das propriedades escravistas em Taquari. O tema escravismo deve ser uma atenuante nos meios acadêmicos da área de Humanidades em todas suas perspectivas como históricas, econômicas, sociais e ecológicas. O que nos motiva a investigar o tema escravização de humanos é o desenvolvimento de análises históricas, as quais podem ser do tempo recente ou no caso, da história do século XIX, e que diretamente promovem a consciência social dos direitos individuais e coletivos para estimular as condições necessárias à superação da dependência social e da dominação política. Neste estudo, envolvemos como pano de fundo os modelos de desenvolvimento que marginalizaram os grupos humanos descendentes desse processo. Almeja-se que esse tipo de pesquisa possa ser mais uma ferramenta para promover um melhor índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais e coletivos dos herdeiros desse terrível contexto de relações de trabalho da nação brasileira. A utilização deste estudo pode ser direcionada para os planos de desenvolvimento da redução das desigualdades sociais, para melhorar a falta de informação científica adequada e para sustentar argumentos histórico-sociais para os grupos descendentes. Metodologicamente, se fez uso do método onomástico e da micro-história. A pesquisa, de forma geral, buscou mostrar as relações de parentesco e a formação da família negra a partir dos registros paroquiais, mas também a capacidade de articulação e estratégia desses indivíduos na antiga Taquari.

Sobre um breve contexto histórico da antiga Paróquia de São José de Taquari, a qual mais tarde se tornou o município de Taquari e que foi construída com base nos conflitos de portugueses e espanhóis começamos por meio do responsável pela criação, o bispo Antônio do Desterro. Desterro,

não tinha informações sobre os limites geográficos, por isto ficou sob a responsabilidade do vigário de Triunfo a nomeação de um pároco para Taquari. Então, a nova freguesia de São José de Taquari ficou subordinada à Vara do Senhor Bom Jesus do Triunfo até ser elevada à Paróquia autônoma e à categoria de Matriz (RUBERT, 1994; FARIAS, 2012).

As fundações das freguesias de Taquari e Santo Amaro foram concretizadas pela política do Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, a ideia era ocupar a Bacia do rio Jacuí. Assim, houve a concessão de terras para a efetivação da povoação com a distribuição de sesmarias na década de 1750. Tais sesmarias foram recebidas pelo Capitão Francisco Xavier de Azambuja, Pedro Lopes Soares e Antônio Brito Leme. Em curso estava a ocupação do território e os povoados de Taquari e Santo Amaro que começaram a receber casais açorianos (CHRISTILLINO, 2004).

O uso da mão de obra escravizada africana e crioula na Paróquia de São José de Taquari teve início ainda no século XVIII, momento em que foi erguida pelo governo português às margens do rio Taquari, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul. A exploração de escravizados perdurou por bastante tempo em Taquari, até o ano da abolição em 1888. Nesse contexto, muitos indivíduos tiveram pessoas em suas propriedades como escravizadas, entre essas pessoas estavam os adultos escravizados. Em levantamento realizado nos registros de batismos verificamos a existência de 176 registros para Taquari. Nessa classificação foi possível notar as diferentes etnias africanas desses indivíduos e também a presença crioula.

Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia os escravizados eram os mais necessitados da doutrina cristã, deveriam ser instruídos na fé, para isso os párocos deveriam ensinar aos escravizados as orações como o pai nosso, a ave Maria, o credo, os mandamentos da lei de Deus e da Santa Igreja. Após esse catequizado, estariam aptos a receberem os sacramentos do batismo. No entendimento da evangelização imposta, os escravizados que vinham de outras terras vinham sem o batismo, então cabia aos vigários e outras pessoas que podiam fazer o batizado verificar a situação e se fosse necessário realizar o batismo católico (DA VIDE, 1946).

Nas páginas seguintes são analisados os documentos sobre as pessoas adultas batizadas ainda na condição de escravizados em Taquari. A análise se deu a partir de um conjunto documental que permitiu cruzar algumas

informações para a identificação das relações parentais a partir do ritual do batismo católico. O recorte temporal de 1805 a 1850 se deu a partir dos dados dos registros de batismo.

Houve a classificação de 176 batismos de escravizados africanos adultos. Nestes batismos buscamos analisar as relações de compadrio entre afilhados e afilhadas com seus respectivos padrinhos além dos laços de parentesco fictício construídos pelo ritual do batismo. As bases metodológicas seguiram as orientações do método onomástico, que é a utilização do nome, método este que pode ser ampliado para além das fontes demográficas (GINZBURG, 1989). A partir da investigação micronominal em que *“As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido”* (p.175). Ginzburg propõe definir a micro-história e a história em geral, como a ciência do vivido. Consideramos esse método para a investigação dos nomes apresentados nas fontes paroquiais analisadas, em primeiro lugar, os nomes dos negros e negras escravizados, dos forros e também os nomes dos proprietários destes escravizados na tentativa de traçar a formação das famílias e identificar as redes de parentesco fictício. Percebemos a dificuldade em encontrar os nomes dos escravizados nas fontes em função da repetição e a ausência de sobrenomes dessas pessoas. Então, uma maneira que encontramos foi investigar os sobrenomes dos proprietários e relacionar tais sobrenomes com o primeiro nome das pessoas em situação de escravização.

Outro aspecto metodológico diz respeito à micro-história, que tem como base uma descrição mais realista do comportamento humano, utilizando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua relativa liberdade dentro dos limites dos sistemas normativos. Desta forma, toda ação social é vista como o resultado das constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, perante uma realidade normativa (LEVI, 2011). Partindo disso, consideramos que os indivíduos escravizados em seu cotidiano estiveram o tempo todo articulando, negociando e conquistando autonomias dentro do sistema escravista.

As relações de parentesco espiritual fictício mencionados nos registros de batismo da Paróquia de São José de Taquari¹ se deram com os padrinhos de diferentes condições sociais demonstrando com isso, as redes de relações que mesmo em situação de cativo os indivíduos forjaram, a partir de uma formalidade, suas redes de aproximações e conseqüentemente códigos de proteção.

Vários elementos dessa pesquisa direcionam às reflexões humanísticas e de certa forma existenciais, pois despertam emoções que beiram ao desprezível. Ao tomar contato com os documentos históricos e escrever pela primeira vez a história das pessoas as quais seus descendentes estão na gente e com a gente lutando dia após dia por reconhecimento de ao menos um sobrenome ou de uma breve história é que nos damos conta do papel do historiador. Os estudos históricos mais tradicionais indicam, principalmente, pela linguagem que quando escrita há termos e denominações que desgastam qualquer possibilidade de conquista de historicidade desse povo e cultura. “Senhor”, “proprietário” e “dono” são termos que etimologicamente tem o mesmo sentido o de exercer poder e controle sobre alguém ou alguma coisa. Para este estudo preferimos fazer um exercício de não utilizar essas denominações, mesmo que em documentos oficiais, os termos estão postos e às vezes é difícil não referenciar. Outro termo que se tenta afastar e com propósito, de quem sabe, reconfigurar é o termo “escravo”. Acredita-se que o ser humano é único em sua concretude existencial, é um ser em processo, em movimento, dinâmico, em construção, nunca passível de ser esquematizado redutivamente” (BEZERRA,; BEZERRA, 2012). Sendo assim, a condição de estar “escravo” não lhe tira sua condição de ser um sujeito histórico, mesmo que em condição violenta. Não se minimiza a escravidão no Brasil, mas é responsabilidade social e política tirarmos os tais “senhores” do protagonismo histórico e agora mostrar uma história de pessoas com nomes e estratégias políticas de vida. Ao escrevermos sobre os escravos de uma forma geral, ignoramos a individualidade e a cultura dessas pessoas que de forma bem violenta foram colocados nessa condição. A Margarida, o João e o José tinham vínculos parentais e sociais, mas acima de tudo estavam cientes de sua condição. Não se pode sugerir que foram “branqueados” por conta do batismo

¹ Os dados apresentados aqui fazem parte da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento (PPGAD) da Universidade do Vale do Taquari.

católico ou por terem padrinhos “brancos”, mas indicar que esses vínculos e laços eram atitudes coletivas de sobrevivência física e cultural.

Em título de informação científica, primeiramente, no levantamento documental realizado dos 176 registros, foi classificada a condição social dos padrinhos das pessoas escravizadas adultas. Com isso, 80 (45,45%) padrinhos tem mão de obra escravizada; 80 (45,45%) padrinhos estão na condição de escravizados, mas de donos diferentes do escravizado batizado; 77 (43,75%) são padrinhos escravizados, sem referência aos seus proprietários e 20 (11,36%) são padrinhos escravizados e que pertenciam ao mesmo dono do adulto batizado. Aparece na documentação 14 (7,95%) que são padrinhos com nomes ilegíveis; 11 (6,25%) padrinhos forros; 4 (2,27%) são padrinhos sem definição de sua condição social e 3 (1,70%) nomes de Santas Católicas como madrinhas.

Com base nestes dados apresentaremos a seguir as categorias de apadrinhamentos, atentando para os nomes, os sobrenomes, as localizações geográficas das igrejas e as movimentações das idas e vindas dessas pessoas.

Em 22 de novembro de 1843 (Livro 4, fl.192) Umbelina Maria dos Santos, proprietária de pessoas escravizadas, foi madrinha da africana Margarida, de nação benguela, cujo proprietário era Luiz Theodosio da Silva. O nome de Umbelina foi visto novamente no batizado de João, de nação nagô, com 20 anos de idade, pertencente ao Tenente João Pereira da Silva Bilhar. O batismo ocorreu em 25 de junho de 1847 (Livro 5, fl.98). No batizado de João quem acompanhou Umbelina foi Felisberto, que pertencia ao dito Tenente. No mesmo dia (Ibidem, Livro 5, fl.98), Umbelina foi madrinha de José, de nação nagô, com 20 anos e que também pertencia ao Silva Bilhar.

O amadrinhamento de Umbelina Maria dos Santos de três escravizados, sendo dois deles de João Bilhar, sugeriu que havia um bom relacionamento entre estes proprietários. Consideramos que o convite pode ter partido de Silva Bilhar para Umbelina, uma forma de manter vínculos que serviam aos seus interesses. Para Bacellar (2007) em pesquisa para a vila de São Luís do Paraitinga, Vale do Paraíba paulista, os batismos de escravizados adultos recém-chegados da África poderiam acontecer por aquele que adquire o indivíduo, este então, decidia não somente qual nome cristão a ser atribuído, mas também quem seriam os seus padrinhos e madrinhas. As pessoas de origem africana desembarcadas em um meio desconhecido não

teriam conhecimentos e espaço para tomar decisões que lhes eram impostas, além de uma dificuldade de compreensão de tais mecanismos.

Nos registros de compra e venda o nome de Umbelina foi mencionado. Ela estava realizando a compra e a venda da escravizada Delfina, com 25 anos, no valor de 500 mil réis, que pertencia a Manoel Garcia de Azevedo, em 15 de abril de 1875.² Meses mais tarde, em 13 de outubro,³ Umbelina vendeu Delfina para Manoel Garcia de Azevedo. O valor era o mesmo, a única informação diferente de um registro para o outro foi a idade de Delfina, na compra constava que tinha 25 anos e na venda 28 anos. Esta negociação de Delfina representa a dinâmica com que se negociavam os escravizados e como essas pessoas mudavam de uma propriedade para outra, conforme os interesses lucrativos de seus proprietários.

Para os afilhados de Umbelina a constituição dos laços de parentesco fictício pode ter sido oportuna. Ter uma madrinha em uma condição social como a dela representava “proteção”, vínculo, conexão e associação. A valer, Umbelina perante o ritual do batismo passou a ter um parentesco fictício com os escravizados e a partir daí um dever de proteção espiritual para com Margarida, João e José.

João foi apadrinhado de Tristão José Vianna. João veio de Moçambique, em 06 de junho de 1816 (Livro 3, fl.192). João pertencia ao Capitão Miguel de Oliveira Barretto. Tristão aparece em outros documentos, como o de proprietário de Estácio, da nação nagô. Estácio foi batizado em 06 de outubro de 1845 (Livro 4, fl.86). O padrinho de Estácio foi Joaquim e a madrinha foi Vicência, escravizados por Ignez Leonor de Azevedo Vianna. Pelo sobrenome de Ignez a mesma era familiar de Tristão Vianna. O compadrio do batismo de João, demonstrou a formação de um laço entre um proprietário com um escravizado. Para o escravizado foi importante essa ligação como um meio de proteção e vínculo, além de estender a rede de pessoas. Os documentos sugerem uma relação próxima entre Barretto e Vianna, o que decorreu no batismo de João.

A respeito da escolha dos padrinhos é provável que os padrinhos e madrinhas fossem escolhidos pelo senhor dos batizados. Teoricamente o batizando escravizado adulto poderia ter interferido na escolha, mas esta

² COMPRA e venda de escravos. Ano 1875. Livro 24, p.154 v. APERS.

³ COMPRA e venda de escravos. Ano 1875. Livro 25, p. 146 v. APERS.

possibilidade era reduzida em detrimento do controle do senhor e das circunstâncias culturais (RAMOS, 2004).

Outro proprietário que estudamos é Geraldo Caetano, o qual apadrinhou Antônio, Moçambique, escravizado por Miguel de Oliveira Barreto. O batismo ocorreu em 06 de junho de 1816 (Livro 3, fl.192). Neste registro não foi citada a madrinha de Antônio. Por meio do cruzamento de fontes, Geraldo Caetano devia ser o mesmo Geraldo Caetano Pereira, pois no registro de batismo de seu escravizado também chamado Antônio, nação mina, com 24 anos, em 28 de agosto de 1848 (Livro 5, fl.107) seu sobrenome foi mencionado como Pereira. O padrinho de Antônio foi João, de Maria Cândida de Fontoura Barreto e de Joaquim Gomes Junqueira. Pelos mesmos sobrenomes, Maria Cândida deveria ser parente do capitão Miguel, assim os apadrinhamentos poderiam ter uma interferência dos proprietários.

Além disso, para a formação de laços de parentesco entre o africano Antônio com um senhor de escravizados, posições sociais diferentes, mas que favorecia ao escravizado, ideia que se baseia nas estratégias que o escravizado poderia articular. O compadrio com escravizados além da propriedade demonstra que as redes de solidariedade dentro do escravismo foram se constituindo com várias ramificações, com interligações entre pessoas que se encontravam em propriedades diferentes em Taquari.

Geraldo Caetano Pereira foi mencionado na documentação de compra e venda de escravizados. Geraldo vendeu José, o qual veio da Costa, com mais de 50 anos, no valor de 400 mil réis, para Francisco Matias de Souza e Ávila, em 25 de fevereiro de 1861.⁴ Em 04 de outubro do mesmo ano, Geraldo comprou de Francisco de Quadros, o pequeno Justino, com mais ou menos 5 meses de idade, no valor de 100 mil réis, filho de Cândida.⁵ Anos depois, Geraldo vendeu para Cesarina Xavier de Azambuja Praia, Rita, parda, com mais ou menos 20 anos de idade, no valor de 1.300 contos de réis, juntamente com sua filha de 9 meses que estava ainda por batizar, em 26 de janeiro de 1866.⁶

Patrício Garcia foi outro nome de proprietário de mão de obra escravizada. No primeiro registro seu nome apareceu como Patrício Garcia. O

⁴ COMPRA e venda de escravos. Ano 1861. Livro 4, p. 90 v. APERS.

⁵ COMPRA e venda de escravos. Ano 1861. Livro 5, p. 52 r. APERS.

⁶ COMPRA e venda de escravos. Ano 1866. Livro 11, p. 10 r. APERS.

nome completo era Patrício Garcia Soares de Azevedo. Foi padrinho de Manuel, monjolo, que pertencia a Francisco Antônio Barreto, o batizado foi em 08 de maio de 1813 (Livro 3, fl.115). Anos depois, em 13 de setembro de 1844, no batismo das africanas Maria e Rita, nagôs e com 16 anos de idade, um dos padrinhos era de Patrício Garcia Soares de Azevedo (Livro 4, fl.220). Maria e Rita eram de João Gomes da Silveira. O padrinho de Maria foi o escravizado Antônio e a madrinha Maria, escravizada do subdelegado Francisco Maria de Souza Ávila.

No ano seguinte, em 29 de julho 1845 (Livro 4, fl.83), os escravizados Antonio e Maria, estiveram apadrinhando Manoel, nagô, com 18 anos, de Crispinianno José Martins. Não sabemos se a Maria é a mesma que pertencia ao subdelegado Francisco, pois neste registro a proprietária de Maria se chamava Marianna Santiago. Maria foi mencionada no batismo de 1844 e tinha sido vendida para Marianna. No mesmo dia ocorreu o batismo de Jacinto (Ibidem, Livro 4, fl.83.), nagô, com 18 anos de idade, e que pertencia ao mesmo proprietário de Manoel, Crispinianno. O apadrinhamento destes adultos foi feito pelos mesmos escravizados, Antonio e Maria. Além dos dois batizados, deu-se também o batizado de Leopoldina (Ibidem, Livro 4, fl.83.), nagô, com 16 mais ou menos, posse de Crispinianno Martins. Os padrinhos de Leopoldina foram os mesmos dos demais, Antonio e Maria.

Nas linhas acima observamos os laços de compadrio que se formaram entre proprietários com os escravizados. As constituições desses laços foram importantes para a sobrevivência no espaço das propriedades, em que os escravizados precisavam de estratégias e alianças para a conquista de autonomia, de liberdade, aspectos fundamentais em uma realidade de escravização. A partir de uma exigência cristã como foi o batismo, houve uma brecha para que esses indivíduos formassem redes e parentesco para a sobrevivência em cativeiro.

Na parte que segue apresentamos essas relações por meio do compadrio, agora, para além dos limites das propriedades onde essas pessoas moravam e trabalhavam.

No que diz respeito aos trabalhos e serviços desempenhados pelos homens e mulheres escravizados, se identificou na documentação que os proprietários eram donos de engenhos de serra, de moinhos de farinhas e grãos, de frota de botes, canoas e lanchões movidos a remo e a vela que se

dirigiam à Porto Alegre. Após sua emancipação, em 1849, Taquari começou a produção de tábuas de pinho e da plantação e manufatura da erva-mate. Entende-se que a mão de obra escravizada foi utilizada para tais fins assim como para os serviços domésticos e do centro comercial da cidade. Em alguns pontos às margens do rio Taquari existiam portos que tinham o domínio dos fazendeiros e que provavelmente foram construídos pelas mãos das pessoas escravizadas. O objetivo desses portos era o de escoar mercadorias, nessa atividade era necessário o trabalho de marinheiros que foi desempenhado por pessoas em situação de escravização. Além disso, Pires (2016) identificou que eram exercidos os ofícios de campeiro, falquejador, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, sapateiro, serrador, cavaleiro, jornaleiro, lavrador, agricultor, roceiro e cozinheira. Com isto, é possível notar que as atividades exploratórias estavam no meio rural e no urbano de Taquari. Como também, a demanda maior se dava pelo trabalho masculino escravizado ou o que foi de fato documentado.

Dando continuidade com a descrição das relações por meio do compadrio, Maria, da costa, foi batizada em 18 de outubro de 1812 (Livro 3, fl.28). Seu proprietário era Vicente Jose Fagundes, seu padrinho foi Jacinto, escravizado de Jozé Ferreira e sua madrinha Clara, escravizada de Manoel Teixeira. Neste batismo o compadrio se formou entre escravizados de propriedades distintas, considerando que Maria, Jacinto e Clara não pertenciam ao mesmo proprietário. Houve a formação dos laços de parentesco entre os escravizados e em algum momento essa relação pode ter sido importante no dia a dia. Vicente Fagundes, Jozé Ferreira e Manoel Teixeira poderiam ter uma amizade e com isso teriam tido alguma influência no apadrinhamento de Maria.

Os laços que se formaram com o compadrio tiveram um papel no cotidiano das pessoas escravizadas, sendo que os cativos experientes da comunidade negra local poderiam agir como líderes de seus parceiros e provavelmente se ofereciam para apadrinhar os recém-chegados. Dessa maneira os riscos de conflitos internos eram diminuídos e poderiam também reforçar seus próprios vínculos. Na vigência do tráfico atlântico a chegada de um novo indivíduo na senzala podia trazer conflitos, perante tal possibilidade o batismo servia como uma forma de apaziguamento e de inserção do novo indivíduo na comunidade negra já formada (PINTO, 2012).

O africano Domingos, rebolo, pertencia a Joaquim Francisco de Souza, seu batizado ocorreu em 02 de maio de 1819 (Livro 3, fl.212). Os padrinhos foram Jose e Isabel, ambos de Mathias Francisco. Neste caso, o apadrinhamento se deu por um casal de escravizados pertencentes ao mesmo proprietário, porém não o mesmo de Domingos. Suspeitamos que Mathias Francisco e Joaquim Francisco de Souza eram parentes ou tinham laços de amizade e por isso, seus escravizados constituíram relações de parentesco até mesmo por indicação deles. Não foi possível identificar se Jose e Isabel eram casados ou se foram parceiros de batizado somente.

Entre os apadrinhamentos realizados por escravizados de propriedades diferentes daquelas do afilhado ou afilhada escravizada, destacamos o apadrinhamento feito por Antonio, que foi padrinho por duas vezes e por Joanna. Em 10 de setembro de 1843 ocorreram três batizados de adultos, o primeiro de Henriqueta, cujo proprietário era Manoel Roiz Bizarro. A escravizada teve como padrinhos, Jozé, de Antônio Jozé Pinto e Joanna, de Joaquim Joze de Andrade (Livro 5, fl.186). O segundo batismo foi de Luiz, que pertencia a Rita Cândida de Andrade. Este teve como padrinhos Antônio e Joanna, ambos de Joaquim Jozé de Andrade. O terceiro batismo foi de Benedito (Livro 5, fl.187), que teve como proprietários os sócios, Antônio Jozé Pinto e Manoel Roiz Bizarro. Seus padrinhos foram o Antonio já referido e Delfina, a madrinha era de Antônio Jozé Pinto.

O que se percebe nos batizados acima é o compadrio estabelecido com dois escravizados mais de uma vez, sendo que Antonio apadrinhou Luiz e Benedito, Joanna amadrinhou Henriqueta e Luiz. No batismo de Benedito, a madrinha Delfina era também escravizada do mesmo proprietário. Em especial, Joanna e Antonio poderiam ser escravizados experientes no apadrinhamento de africanos recém-chegados e eram chamados pelos seus proprietários para serem os padrinhos como uma estratégia dos proprietários no apaziguamento dos conflitos.

Viana de Paula (2015) em pesquisa para a freguesia de São Tomé das Letras, em Minas Gerais, observou uma estratégia dos senhores de pequena posse que incentivaram de alguma forma os seus escravizados a buscarem padrinhos livres de escravarias. Tais senhores tinham o interesse de criar laços morais com a comunidade local, da qual faziam parte indivíduos de diversos segmentos sociais (escravizados, libertos, forros, senhores etc.). O

investimento no capital relacional dos escravizados era uma opção para os proprietários obterem alguma vantagem na relação de compadrio de seus cativos.

Dando continuidade aos dados, em 13 de setembro de 1844 (Livro 4, fl.220), duas escravizadas foram batizadas, Rita e Maria, as duas com 16 anos, de nação nagô, pertencentes a João Gomes da Silveira. O padrinho de Rita foi Miguel, preto forro, a madrinha foi Joanna, que era de Maria Jacinta Santiago. Já de Maria, o padrinho foi o escravizado Antônio, que pertencia à Patrício Garcia Soares de Azevedo. Maria, a madrinha, pertencia à Francisco Mathias de Souza e Ávila.

Em outros batismos encontramos muitas vezes o nome de Antônio como padrinho. Em 29 de julho de 1845 (Livro 4, fl.83), foi batizado o africano Manoel, com 18 anos, de nação nagô, seu proprietário era Crispiniano José Martins. O padrinho foi Antônio e a madrinha Maria, escravizada de Marianna Santiago. No mesmo dia ocorreu o batismo, de Leopoldina (Ibidem, Livro 4, fl.83.), com 16 anos, de nação nagô, do mesmo proprietário e com os mesmos padrinhos. Assim como, o batizado de Jacinto (Ibidem, Livro 4, fl.83.) com 18 anos, de nação nagô, e que também teve como padrinhos Antônio e Maria.

A partir dos registros acima se percebe que um dos padrinhos escolhidos era forro, sendo uma condição que pouco apareceu nos batismos dos escravizados adultos. Houve a formação de uma rede a partir do escravizado Antônio com seus afilhados e afilhadas, pois este foi padrinho de cinco escravizados num mesmo período. A requisição de Antônio para o apadrinhamento demonstrou a sua importância e talvez fosse escolhido pelos próprios proprietários para o apadrinhamento. Para os africanos recém-chegados em Taquari poderia ser um nome de referência para o dia a dia no cativeiro e o parentesco fictício contribuiu para a sobrevivência no mundo escravista.

Mais alguns casos em Taquari merecem o relato. Em 20 de outubro de 1844 (Livro 4, fl.239.), Joanna foi batizada, era nagô e pertencia à Domingos José Viana. O padrinho foi Antônio, que era escravizado de Pedro Gonçalves de Azevedo Caminha e a madrinha foi Francisca, escravizada de Manoel José de Nascimento. Os mesmos escravizados apadrinharam no mesmo dia, a africana Roza (Ibidem, Livro 4, fl.239), nagô, porém de outro proprietário, Ignácio Antônio da Silva Ramos. Foi possível identificar o inventário de

Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana.⁷ Em 1884, inventariaram cinco escravizados. Adão, 32 anos, no valor de 600 mil réis, Camilo, 21 anos, 600 mil réis, Benedito, 21 anos, 600 mil réis, Anastácio, 26 anos, aleijado, 300 mil réis, Marcos, 56 anos, no valor de 150 mil réis. Entre os escravizados nomeados não consta o nome de Joanna, batizada em 1844.

O compadrio formado pelos padrinhos Antônio e Francisca com seus afilhados de propriedades diferentes suscitou a formação de redes que esses padrinhos constituíram com pessoas de lugares diferentes. Os registros não apontaram as nações desses padrinhos, somente dos afilhados nagôs. Mesmo não sendo de mesma nação supõe-se a formação de alianças entre esses indivíduos, que talvez nem falassem a mesma língua e nem compartilhassem da mesma etnia e cultura, no entanto, foram aproximados pelo ritual do batismo católico.

Pelo inventário da família Vianna notamos que esses senhores usufruíram de mão de obra escravizada de forma significativa e que tinham com isso uma posse de cinco homens deixados como herança. Tiveram outros escravizados registrados como foi visto nos batismos. Os laços de compadrio dessa posse não podem ser medidos com exatidão, no entanto, supomos que isso ajudou no dia a dia da escravização e contribuiu na conquista de espaços de autonomia.

Nas linhas a seguir, destacamos os nomes dos padrinhos e madrinhas escravizados.

Pedro e Graça apadrinharam em 14 de novembro de 1812 (Livro 3, fl.103) Francisca, de nação congo, seu proprietário era Joaquim Francisco de Souza. No mesmo dia também foi batizada Joaquina (Ibidem, Livro 3, fl.103), de nação congo de Francisco Gomes Pereira. Os padrinhos foram Miguel e Clara. Outra escravizada africana batizada também no mesmo 14 de novembro foi Joanna (Ibidem, Livro 3, fl.103), de nação congo, de Miguel José Cardozo. A madrinha de Joanna foi Maria e o padrinho foi Pedro. A africana Maria, da costa, foi batizada em 14 de março de 1813 (Livro 3, fl.110), sua proprietária era a viúva Rita Maria, seus padrinhos foram Francisco e Maria. Em 1813, em 07 de novembro (Livro 3, fl.125), ocorreu o batismo do africano Antônio, de nação congo, cujo

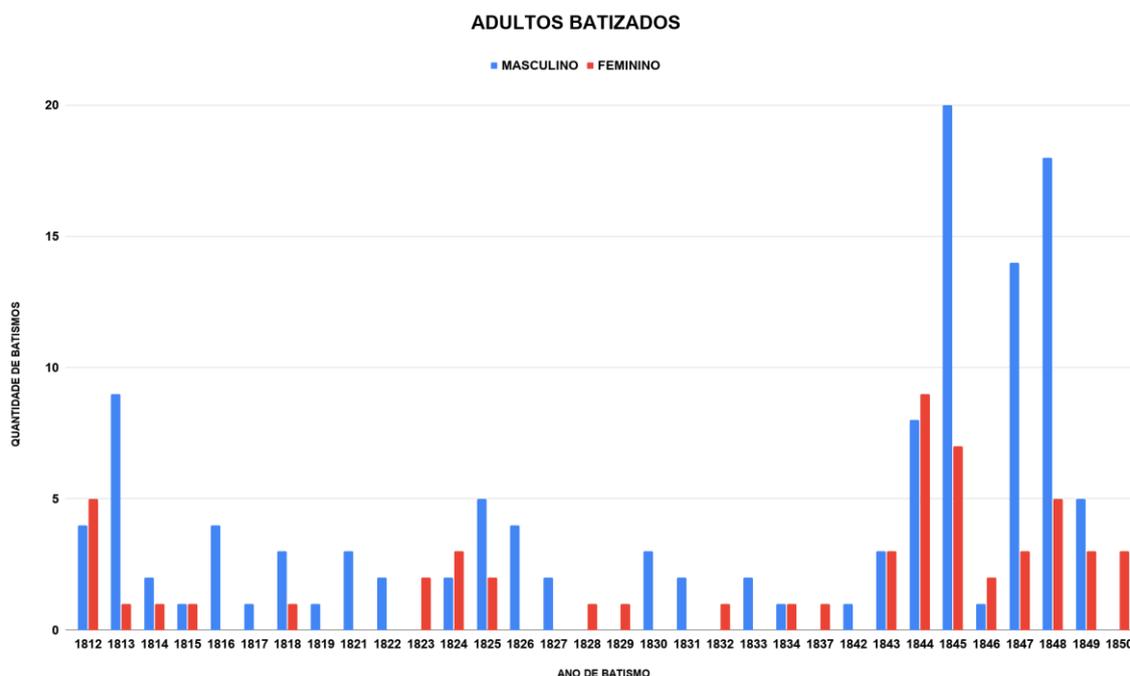
⁷ Inventário de Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana. Ano 1884. Número 351. Vara de Família e Sucessão. APERS.

proprietário era Manoel Antônio da Rosa. Os padrinhos de Antônio foram Antônio e Joaquina.

O escravizado Antônio, de nação mina foi batizado em 14 de novembro de 1813 (Livro 3, fl.127.), seus padrinhos foram Jozé e Isabel. O proprietário de Antônio se chamava Joaquim Francisco de Souza. Acreditamos que Jozé e Isabel também batizaram no dia 18 de novembro do mesmo ano (Ibidem, Livro 3, fl.127.), o africano João, de nação congo, de Manoel Antônio da Rosa. Em 29 de junho de 1813 (Livro 3, fl.117), os africanos da costa, Jozé, Joaquim, Antônio e Thomas foram batizados, todos pertenciam ao mesmo Bento José Duarte. Os padrinhos dos quatro africanos foram Domingos e Maria.

No período de 1812 a 1850 para Taquari nota-se uma maior ocorrência de batismos entre 1844 e 1849 (GRÁFICO 1). A demanda foi pela mão de obra masculina em comparação com a feminina. Uma demanda pautada em um tráfico ilegal de africanos, pois a Lei de 7 de novembro de 1831 proibia a importação de escravizados para o país e punia todos os envolvidos na atividade ilegal, da tripulação do navio negreiro ao comprador dos africanos contrabandeados (MAMIGONIAN, 2017).

Gráfico 1 - Batismos de adultos em Taquari

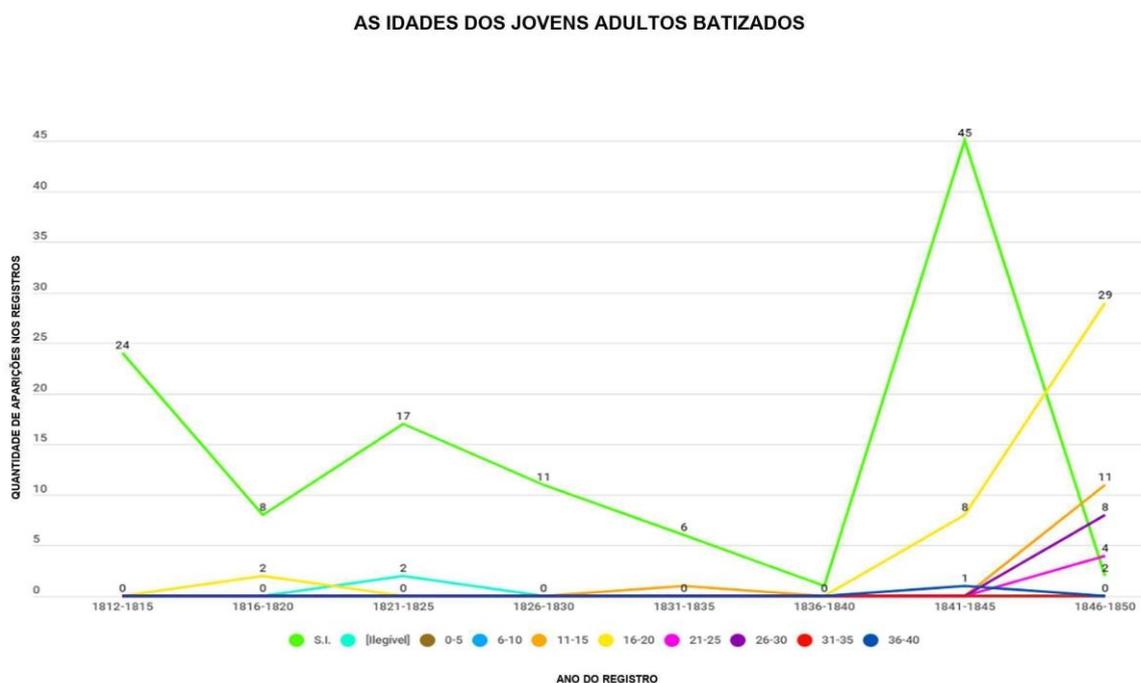


Fonte: Os autores (2021).

O aumento dos batismos na década de 1840 em Taquari pode estar relacionado com a proximidade do fim do tráfico que acabou ocorrendo de fato em 1850. Em que os proprietários na tentativa de garantir novos africanos em suas propriedades aumentaram a aquisição nessa última década. De qualquer forma, o que se percebe é uma aquisição por parte de muitos senhores de uma mão de obra escravizada africana ilegal. Há a Lei que havia sido aprovada em 1831, porém que não foi respeitada em várias regiões do país. No caso de Taquari, não foi diferente. Mais um aspecto para estimular o debate sobre esse passado escravista da atual região do Vale do Taquari, pois o uso de trabalho forçado africano pautado na ilegalidade foi recorrente.

Um fato analisado dentro da demanda de africanos nos anos mencionados foram as idades desses homens e mulheres que foram batizados entre 1812 e 1850 (GRÁFICO 2). A partir de 1836 se percebe um aumento de indivíduos adultos entre 16 e 20 anos. Na década de 1840 a faixa etária era de 11 a 15 anos, seguido pela de 26 a 30 anos. Retomando o gráfico 1, vimos que nessa década antes do final do tráfico a procura foi maior pela mão de obra masculina.

Gráfico 2 - Batismos e as idades



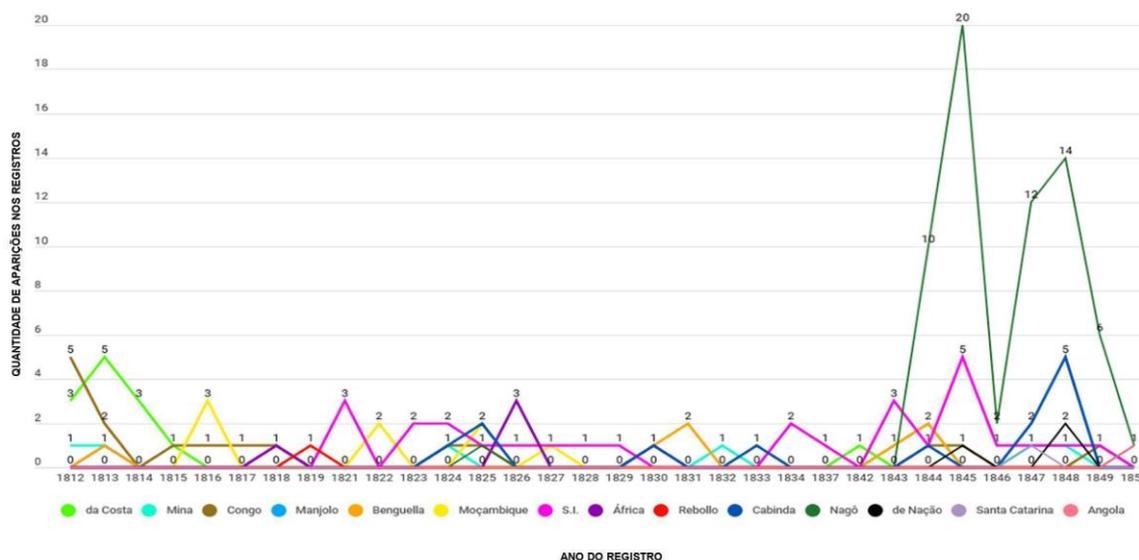
Fonte: Os autores (2021).

De maneira geral o que foi possível observar pelos registros obtidos com a menção das idades dos jovens e adultos africanos batizados na Paróquia de São José de Taquari foi uma predominância da faixa etária dos 16 aos 20 anos, a partir do ano de 1840. Podemos relacionar isto com as pressões de fim de tráfico, com as necessidades advindas das propriedades para onde estes indivíduos foram inseridos, e esta busca foi em maior quantidade pelos homens, o que demonstrou que nesses locais os proprietários possuíam tarefas destinadas para uma força masculina. São poucas as informações que conseguimos obter sobre a produção dessas propriedades, ainda é necessário investigar com mais profundidade os nomes dos proprietários da mão de obra escravizada em Taquari, pois pode ser uma forma de chegar às atividades desempenhadas pelos escravizados. Ainda falta uma identificação do que produzia cada propriedade que adquiriu a força escravizada.

Outro item apontado na análise dos registros de batismos se refere aos locais de procedência dos adultos. Muitos dos assentos paroquiais mencionaram junto com demais informações a procedência dos homens e mulheres que foram retirados à força desses locais e fizeram a travessia atlântica (GRÁFICO 3). Para Taquari identificamos alguns locais de procedência dos indivíduos que estiveram por determinado período na Paróquia ou que nela permaneceram mesmo com a obtenção da liberdade.

Gráfico 3 - Grupos étnicos

LOCAIS DE PROCEDÊNCIA/ORIGEM



Fonte: Os autores (2021).

A partir de 1843 em Taquari preponderava o grupo étnico de africanos provenientes da região da África Ocidental, os de nação Nagô. Segundo Costa (2016, p.163) "Nagô era a denominação usada para originários da região de Iorubá". Pelo gráfico é possível notar um aumento de aquisição dos nagôs no intervalo de 1843 e 1846. Em 1846 diminuiu e depois o número aumenta novamente no mesmo ano de 1846 e em 1850 decaiu. Em 1850 é algo já esperado em função da extinção do tráfico atlântico. Nos anos anteriores a 1843 não foi identificado nos registros de batismo a nação nagô. Uma hipótese sobre a presença do nagô em Taquari pode ser levantada e relacionada com o levante dos Malês na cidade de Salvador em 1835.

Outro dado que indica a presença de nagôs no Sul é o que aponta Pinto (2012) para a cidade de Pelotas. Uma mulher escravizada foi vendida por seu senhor da Bahia para a Província do Rio Grande de São Pedro, em específico, para Pelotas. Fato que poderia estar relacionado com a situação delicada provocada pelo levante dos Malês. Por meio dessa hipótese, supõe-se que a entrada de nagôs em Taquari na década de 1840 tinha relação com os acontecimentos na Bahia.

A partir desse ponto apresentamos dados referentes aos compadrios entre as pessoas da mesma escravaria. Em 23 de junho de 1816 (Livro 3, fl.192), o batismo foi de Matheus, nação congô, posse de Joaquim Luiz de Araújo. O apadrinhamento se deu pela escravizada Joaquina juntamente com o padrinho Matheus, mas que pertencia ao Antônio de Sousa. Neste caso, apenas a madrinha era posse do mesmo senhor do escravizado batizado. Para Matheus que estava se inserindo na propriedade de Joaquim ter tido a madrinha da mesma propriedade deve ter lhe ajudado em questões cotidianas e nas aproximações com o grupo da escravaria de Araújo.

Em outras fontes documentais o nome de Joaquim Luiz de Araújo foi mencionado, em um registro de compra e venda de escravizados em um ano bem posterior ao ano de 1816. Em 18 de janeiro de 1870,⁸ Joaquim comprou de Albano José de Oliveira, Rita, crioula, de mais ou menos nove anos. O valor pago por Rita foi de 550 mil réis. Uma década depois, em 1880, o nome de Rita estava no inventário⁹ de Joaquim Luiz de Araújo. Este a deixava como herança, com 21 anos e no valor de 500 mil réis.

Joaquim de Araújo teve como escravos Matheus e Rita. O intervalo de tempo entre o batizado de Matheus e a compra de Rita foi de 54 anos. Não sabemos por quanto tempo Matheus permaneceu com Joaquim. O tempo de Rita foi uma década e foi possível observar desde a sua compra até o inventário. Pelos registros verificados essa foi a quantia de escravizados adquiridos pelo referido proprietário. Pode ser que Araújo tenha tido outros escravizados no decorrer desse período, mas não encontramos os registros.

Jacinto e Maria, ambos de Felizarda Joaquina, batizaram Felipa, de nação cabinda, no dia 15 de fevereiro de 1824 (Livro 4, fl.251). José e Theresa apadrinharam Laurindo, de 20 anos, posse de Faustina Rosa de Brito. A mesma era proprietária dos padrinhos, o batismo ocorreu em 5 de abril de 1846 (Livro 5, fl.91). Roque teve os mesmos padrinhos, Felisberto e Rosa e foi batizado em 25 de junho de 1847 (Ibidem, Livro 5, fl.98). Roque tinha 18 anos e foi adquirido por João Pereira da Silva Bilhar. Felisberto também foi padrinho de Joaquina, 16 anos, de nação nagô. Joaquina foi recebida de herança por Carolina Pereira de seus pais, a mesma era filha de João Bilhar (Ibidem, Livro

⁸ COMPRA e venda de escravos. Ano 1870. Livro 14, p. 78r. APERS.

⁹ Inventário de Joaquim Luiz de Araújo. Ano 1880. Número 317. Vara de Família e Sucessão. APERS.

5, fls. 98-99.). Com isso entende-se que Felisberto foi escolhido pelo Tenente Bilhar para apadrinhar seus escravizados adultos e seus parentes, no caso de sua filha. Ao verificarmos também o inventário de João Pereira da Silva Bilhar de 1884, possível datar seu falecimento, viu-se nomes de escravizados deixados como herança. Na lista estava Felisberto, no inventário constava que o mesmo tinha 60 anos, era pardo e valia 100 mil réis (Inventário de João Pereira da Silva Bilhar. Ano 1884. Número 355. Vara de Família e Sucessão. APERS.)

Em 01 de novembro de 1844 (Livro 4, fl.233.) ocorreu o batizado de José, nagô, de Duarte José Martins foi apadrinhado por José e Felícia. Ainda a título de argumentação retórica, Ramos (2004) escreve que o compadrio tinha a mesma função exercida pelas irmandades, sendo um mecanismo de criação de espaços de convívio nos quais os escravizados poderiam manter sua cultura. Estimulava-se a formação de lideranças próprias, mantendo estes processos dentro de uma estrutura luso-brasileira aceitável. As duas instituições, o espaço cultural escravizado e o sistema luso-brasileiro, criavam ambientes em que os escravizados podiam agir, embora de forma restrita e controlada. As autoridades portuguesas viam isso com preocupação, pois os laços de compadrio poderiam criar novas estruturas de autoridade dentro da comunidade escravizada.

Outro destaque na classificação de padrinhos e madrinhas da mesma escravaria diz respeito aos africanos Pedro, José, Antônio, Joaquina e Manoel, todos com 14 anos, cabindas, batizados em 04 de julho de 1848 (Ibidem, Livro 5, fls. 105-106.). O proprietário era Manoel Alves dos Reis Louzada. O apadrinhamento de cada um deu-se por escravizados de Louzada. Cada casal apadrinhou um africano. Os padrinhos de Pedro, foram Matheus e Angélica, de José, Alexandre e Francisca, de Antônio, Francisco e Afra, de Joaquina, João e Chistina, de Manoel, José e Chistina. Foram cinco jovens africanos recém-chegados e que pelo batismo formaram laços com seus padrinhos, os quais já estavam na propriedade há mais tempo que os recém batizados. Tudo indica que o próprio Louzada ou a pessoa que administrava suas propriedades tenha indicado os nomes dos padrinhos e madrinhas.

Essa situação dos apadrinhamentos dos escravizados de Louzada pode ser corroborada com o que escreve Pinto (2012) sobre o batismo de escravizados adultos. O batismo poderia significar um momento de

apaziguamento e inserção do novo indivíduo, os escravizados experientes da comunidade negra local se portando como líderes de seus parceiros se ofereciam para apadrinhar os recém chegados, tal atitude diminuía os riscos de conflitos internos por parte daqueles que chegavam e era também uma maneira de reforçarem suas redes de aliança.

No prosseguimento do estudo, selecionamos alguns registros sobre o compadrio constituído entre adultos e padrinhos libertos. Em 27 de março de 1815 (Livro 3, fl.163), Paulo de nação congo, de Manoel Marques da Roza foi batizado. Paulo teve como padrinho Antônio, preto forro. Não consta o nome da madrinha. Paulo ter sido batizado por um liberto pode ter sido um fato importante, já que o liberto poderia, teoricamente, estar em uma condição social melhor. Já, os africanos de José Silveira de Castro (Livro 3, fl.138). João e Joaquim, da costa, foram apadrinhados pelo forro Jozé. Nos dois registros de batismo a madrinha não foi citada, apenas o nome do padrinho.

Em 10 de março de 1833 (Livro 4, fl.62), foi a vez de Constantino, de Moçambique, 13 anos. O proprietário de Constantino se chamava Manoel Francisco da Silva. O apadrinhamento de Constantino foi feito pelo Joaquim forro e pela Angélica parda. As condições sociais dos padrinhos era algo favorável para Constantino, um padrinho liberto e uma madrinha parda representavam naquele contexto uma vantagem social para quem estava em uma situação de escravidão.

Em 01 de agosto de 1842 (Livro 4, fl.199), ocorreu o batizado de Joaquim, africano, da Costa que pertencia a José Dutra da Silva e Maria Angelina do Nascimento. Teve como padrinhos de batismo José e Joanna, forros. Em 10 de setembro de 1844 (Livro 4, fl.224), o batizado foi de João, nação congo, com 40 anos de idade, cujo proprietário era José Dutra da Silva. Os padrinhos foram João, preto forro, e Thereza Maria, preta forra. Em 13 de setembro do mesmo ano (Livro 4, fl.227) foram batizadas Rita e Maria, ambas de nação nagô, que tinham como proprietário João Gomes da Silveira. Entre os padrinhos estava Miguel, que era preto forro. Os outros padrinhos e madrinhas eram escravizados.

Bernarda, de nação benguela, de João Xavier de Azambuja, batizada em 30 de novembro de 1844 (Livro 4, fl.237) teve como padrinhos Lázaro e Maria, preta forra.

Em 27 de setembro de 1845 (Livro 5, fl.86.), a africana Catharina, de nação, 20 anos, de Francisco da Rocha e Sousa, passou pela cerimônia do batismo católico. O apadrinhamento foi feito por José e pela madrinha Senhorinha de Lima, preta forra. Neste caso, em específico, o nome e sobrenome da madrinha de Catharina, foi um dos únicos casos em que nos deparamos com a menção de um sobrenome para um escravizado liberto.

Dessa forma, nossos argumentos são legitimados pois as vantagens que a referida escravizada obteve tendo uma madrinha na condição social de Senhorinha, reforça a alegação do parentesco suposto com o compadrio a partir do batismo. O apadrinhamento em grupos pequenos de escravizados seria a conquista de um laço de solidariedade de grande valia na senzala. Mas em uma rede de solidariedade maior, com mais envolvidos, a obtenção de padrinhos podia adquirir proporções bem maiores. Daí a derivação da nomeação (dar o nome) de escravizados e os significados ou memórias advindas deste ou daquele padrão ao fazer isto (ENGEMANN, 2008).

O parentesco criado pelo sacramento do batismo foi fundamental para a criação de comunidades nas senzalas que substituíram, em parte, as famílias deixadas pelos escravizados do outro lado do Atlântico. Além das proximidades dentro das senzalas, os escravizados buscavam por padrinhos e madrinhas para suas crianças, e de preferência pessoas que pertencessem à outra condição social (SANTOS, 2009).

Existe o outro viés da documentação. Quando nos registros de batismos não encontramos a condição social dos padrinhos. Como foi o caso de Manoel José e Catharina Maria Francisca. Estes foram padrinhos de José, de nação nagô, com 16 anos, em 03 de outubro de 1847 (Livro 5, fl.101). José era de José Ignácio da Silva. O batizado de José (Livro 5, fl.107), ocorreu no mesmo dia do de Luís, de nação nagô, com 24 anos, posse de Manoel José Sarmento. O apadrinhamento de Luís se deu também por Manoel José e Catharina Maria. Em 24 de outubro de 1848 (Livro 5, fl.108), Miguel, de nação nagô, com 20 anos era batizado, o mesmo pertencia ao proprietário Manoel José Couto. Os padrinhos foram Joaquim e Maria, o registro também não mencionava se estes eram escravizados ou forros.

Em 28 de dezembro de 1848 (Livro 5, fl.110), Romão, de Nação, com 26 anos, pertencia a João Antônio Gonçalves Caminha foi batizado. Teve como padrinhos Manoel e Catharina, que acreditamos serem os já mencionados

Manoel José e Catharina Maria. Em 12 de agosto de 1849 (Ibidem, Livro 5, fl.110) Rita, de nação nagô, com 28 anos, era submetida ao ritual do batismo. Tinha como proprietário Manoel Rodrigues Bizarro. Seus padrinhos foram também Manoel José e Catharina Maria. Em 29 de agosto de 1849 (Livro 5, fl.114), o batizado foi do africano André, de nação nagô, com 15 anos, cujo proprietário era Manoel Alves dos Reis Louzada. Os padrinhos foram Bernardo e Florinda, da mesma maneira que os demais padrinhos o registro não dizia de suas condições sociais.

Em 18 de agosto de 1850 (Livro 5, fl.118), Maria, de Angola, com 20 anos de idade, era batizada. A mesma era de posse de José Mendes da Silva. Os padrinhos de Maria foram Manoel José e Nossa Senhora. O registro não menciona se Manoel José era escravizado, forro ou livre. Suspeita-se que se tratava do mesmo Manoel José, o qual também apadrinhou escravizados em anos anteriores junto com Catharina Maria, sua esposa. Neste registro percebemos mais uma vez a invocação de uma Santa Católica para ser madrinha de um escravizado. Um parentesco espiritual criado a partir do batismo com a busca de uma proteção divina para o cotidiano terreno escravista. Destacamos que Maria foi batizada um mês antes da assinatura da Lei Eusébio de Queirós de 1850, de extinção do tráfico atlântico. É importante salientar que pela Lei Feijó de 1831, a escravizada já foi adquirida de forma ilegal. Além de Maria, José Mendes batizou em 1847 o africano Antonio.

Considerações Finais

Concluimos este artigo retomando o objetivo do mesmo, o estudo das relações de parentesco espiritual fictício entre escravizados adultos e seus padrinhos descritos nos registros de batismo da Paróquia de São José de Taquari. A partir disso, destacamos os laços de compadrio, a formação das redes sociais, de confiança e proteção unidas pelo batismo católico.

Os dados levantados na fonte principal, os assentos batismais, apresentam dados onde a maioria dos padrinhos e madrinhas eram proprietários de escravizados, mas não vimos os próprios senhores batizando seus próprios escravizados. Eram senhores que foram padrinhos de propriedades diferentes daquela em que o adulto estava inserido. Vimos também padrinhos e madrinhas de outras escravarias apadrinhando

escravizados adultos. É possível identificar uma teia social formada entre esses indivíduos, com laços construídos fora dos limites geográficos de seus locais de trabalho. Outras informações, mostram que os padrinhos descritos são escravizados, mas sem referência aos seus senhores, então não podemos afirmar se esses escravizados eram da mesma escravaria do adulto batizado.

O compadrio também foi estabelecido com os mesmos escravizados mais de uma vez, casos em que o escravizado ou escravizada foram padrinhos e madrinhas de mais de um escravizado adulto, o que demonstrou que alguns indivíduos eram mais requisitados para a função de apadrinhamento dos adultos inseridos nas variadas propriedades de Taquari. Poderia ser uma indicação dos próprios senhores os nomes desses escravizados que serviram de padrinhos, como uma maneira de apaziguamento dos recém-chegados. O apadrinhamento por indivíduos na condição de forro pouco apareceu nos batismos dos escravizados adultos. A constituição de laços de parentesco com um liberto significava bastante para quem estava na escravidão, pois era a possibilidade de vantagens sociais em um cotidiano bem marcado pelos status sociais. Em uma situação de liberdade ou em especial no cativo, o afilhado poderia receber a proteção e conselhos de um padrinho e madrinha que conheciam o mundo da liberdade e poderiam ter uma rede de pessoas que favoreciam o afilhado ou afilhada.

Entende-se que os laços de compadrio podem ser pensados como conquista de espaços de autonomia, estratégias por parte dos escravizados, brechas que foram criadas dentro de um sistema opressor a partir de uma formalidade cristã.

Referências

Documentais

Cartoriais

COMPRA e Venda de escravos de 1858. Compra de Eduardo, Joaquim e Carolina. APERS, livro nº2, p.147v.

COMPRA e Venda de escravos de 1859. Compra de Leopoldina. APERS, livro nº3, p. 86r.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Compra de Justino. APERS, livro nº5, p. 52 r.

COMPRA e Venda de escravos de 1861. Venda de José. APERS, livro nº4, p. 90 v.

COMPRA e Venda de escravos de 1862. Compra de Quintino. APERS, livro nº6, p. 49r.

COMPRA e Venda de escravos de 1863. Compra de Vicente. APERS, livro nº8, p. 4v.

COMPRA e Venda de escravos de 1866. Venda de Rita e sua filha. APERS, livro nº11, p.10 r.

COMPRA e Venda de escravos de 1867. Compra de Malaquias. APERS, livro nº12, p.35r.

COMPRA e Venda de escravos de 1869. Compra de Benta. APERS, livro nº13, p.64v.

COMPRA e Venda de escravos de 1870. Compra de Rita. APERS, livro nº14, p.78r.

COMPRA e Venda de escravos de 1870. Venda de Lucas. APERS, livro nº15, p.25v.

COMPRA e Venda de escravos de 1872. Compra de Henrique. APERS, livro nº21, p.68r.

COMPRA e Venda de escravos de 1873. Venda de Joaquim. APERS, livro nº22, p.116r.

COMPRA e Venda de escravos de 1873. Venda de Manoela. APERS, livro nº22, p.109v.

COMPRA e Venda de escravos de 1875. Compra de Delfina. APERS, livro nº24, p.154 v.

COMPRA e Venda de escravos de 1875. Venda de Delfina. APERS, livro nº25, p.146 v.

INVENTÁRIO nº317 de 1880. Inventário de Joaquim Luiz de Araújo. Ano 1880. Número 317. Vara de Família e Sucessão. APERS.

INVENTÁRIO nº351 de 1884. Inventário de Domingos José Viana e sua mulher Laura Pereira Viana. Porto Alegre, APERS.

INVENTÁRIO nº355 de 1884. Inventário de João Pereira da Silva Bilhar. Porto Alegre, APERS.

Paroquiais

Batismos

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA) – familysearch.org

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.115.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.28.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.212.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.103.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.125.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.127.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.117.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.163.

Livro 3 (1805-1830) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.138.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.192.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.86.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.220.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.83.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.220.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.83.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.239.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.251.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.233.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.62.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.199.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.224.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.227.

Livro 4 (1830-1845) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.237.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.98.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.107.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.186.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.187.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.91.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.86.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.101.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.107.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.108.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.110.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.114.

Livro 5 (1830-1857) de Batismos de Escravizados da Matriz de São José de Taquari, fl.118.

Bibliográficas

BACELLAR, C. Criando porcos e arando a terra: família e compadrio entre os escravos de uma economia de abastecimento (São Luís do Paraitinga, Capitania de São Paulo, 1773-1840). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 3, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2007.

BECKER, Y. **Elaboração de gráficos de Taquari/RS**. Lajeado, 2021.

COSTA, A. **Tramas e contendias**: escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na Baía de Camamú, 1800 -1850. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CHRISTILLINO, C. L. **Estranhos em seu próprio chão**: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. 374 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

DA VIDE, D. S. M. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1946.

ENGEMANN, C. **De laços e de nós**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FARIAS, J. **Fazenda Vilanova**: sua história. Lajeado: Editora da Univates, 2012.

GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

GUDEMAN, S.; SCHWARTZ, S. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João J (Org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MAMIGONIAN, B. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PINTO, N. **A Benção Compadre**: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PIRES, K D. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – Final do século XIX**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016.

RAMOS, D. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, Minas Gerais, n.31, v.20, p.41-68, 2004.

RUBERT, A. **História da Igreja no Rio Grande do Sul**: época colonial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

SANTOS, S. **Apesar do cativoiro**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1842). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

SLENES, R. **Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

VIANA DE PAULA, J. Compadrio e escravidão em uma freguesia sul-mineira: São Tomé das Letras (1840-1870). **Afro-Ásia**, Bahia, n.52, p. 177-212, 2015.